

Eng.º José António de Campos Correia

Comissão de Coordenação
e Desenvolvimento Regional do Algarve

Uma região diferente e mais competitiva

Durante muito tempo, o Algarve foi vítima de uma construção desenfreada que ameaçou descaracterizar a região. A herança do passado era pesada, mas nos últimos anos foram criados vários mecanismos e instrumentos visando uma boa coordenação e desenvolvimento desta conhecida região turística, que está já a dar os seus frutos. Para o Eng.º José António de Campos Correia, presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, “o Algarve do futuro assume naturalmente um modelo de desenvolvimento assente no respeito pelos valores ambientais e na preservação e utilização racional dos recursos. Numa perspectiva de equilíbrio territorial, de coesão económica, social, e de sustentabilidade das actividades económicas e, em particular, do turismo”.



Pedra & Cal - Após os muitos anos de construção desenfreada que ameaçaram descaracterizar completamente a região, em que é que o Algarve é hoje uma região diferente?

José António de Campos Correia - O Algarve terá alguns maus exemplos do passado, mas também tem bons exemplos que fizeram da região um destino turístico conhecido mundialmente e que se tem mostrado razoavelmente competitivo.

P&C - Quais as principais linhas orientadoras do trabalho de coordenação e desenvolvimento do Algarve?
JACC - Aumentar a competitividade, sobretudo no sector turístico, considerando a vertente ambiental como um pilar essencial da sustentabilidade.

P&C - Considera que os resultados já são visíveis?

JACC - Em parte. A título de exemplo, posso referir que foram criados mecanismos que evitaram alguns maus projectos e procedeu-se a variadas intervenções de requalificação urbana e do litoral. Sobre este aspecto, acrescento que o Algarve apresenta uma imagem bastante qualificada, comparativamente com muitos outros destinos mediterrânicos.

P&C - Quais os principais problemas que a região do Algarve enfrenta a nível do planeamento urbano?

JACC - Os problemas identificados são vários, podendo referir-se, a título de exemplo, a pressão sobre determinadas áreas do litoral e, em geral, sobre áreas não urbanizáveis. Deste modo, justifica-se manter uma política de contenção de perímetros urbanos e da edificação dispersa. Complementarmente, há que promover também uma maior agilização na elaboração de planos de urbanização e de pormenor, que actualmente é muito morosa.

P&C - A pressão do imobiliário continua a ser muito grande no litoral?

JACC - Significativa. Contudo, existem vários instrumentos de ordenamento aplicáveis, que se têm mostrado eficazes, embora se reconheça a necessidade de alguns deles evoluírem e se aperfeiçoarem. Nesse contexto, pensamos que o novo PROTAL deverá ser um elemento marcante. Note-se que, num passado recente, o POOC Burgau/Vilamoura desempenhou um papel bastante importante em matéria de requalificação de praias e do litoral, que apresentam já uma imagem renovada.

P&C - Como se pode garantir que os maus exemplos de Quarteira e de Armação de Pêra não continuem a proliferar?

JACC - Por todas as razões já apontadas anteriormente e também porque a consciência colectiva, incluindo a dos autarcas, está hoje muito mais desperta para este tipo de problemas do que há dez anos.

P&C - A região do Algarve é pioneira na elaboração de planos de ordenamento e na instituição de regras de salvaguarda. Estes planos - de que são exemplo o PROTAL, os Planos de Ordenamento de Orla Costeira (POOC) e os Planos Regionais de Turismo - não têm impedido a construção de edifícios hoteleiros a escassos metros de arribas e praias, pondo em risco um valioso património natural. Tal poderá vir a causar problemas de estabilidade mais tarde, obrigando a obras de estabilização que serão encargo do Estado. Qual a sua opinião relativamente a este assunto?

JACC - Há que impedir, proibir a todo o custo, a construção, qualquer que seja, em zonas de risco. Seja nas arribas, nas praias, nas dunas, nos leitos de cheia, etc. Não tem sentido que, em proveito de alguns, todos tenham de pagar um custo ambiental e, além disso, um custo efectivo com obras de protecção contra os riscos que já se sabia existirem. Os planos e a legislação são hoje muito rigorosos quanto a essa matéria, embora subsistam várias situações do passado.

P&C - Acha que, juntamente com o património natural, a importância do património arquitectónico do Algarve está a ser devidamente tida em conta no processo de diferenciação da região e do seu enriquecimento a nível turístico?

JACC - Neste domínio há um trabalho significativo por parte das autarquias e da administração central. Temos, no entanto, a consciência de que é necessário ir mais longe, porque o cidadão mais informado e o turista mais qualificado - e é este o que mais nos interessa - são muito sensíveis a estas questões. Informo que a CCDR Algarve está a promover, sob a coordenação de um conhecido arquitecto, uma publicação sobre a arquitectura contemporânea do Algarve. Parece-me importante levar ao conhecimento do grande público que, nos dias de hoje, também se faz boa arquitectura no Algarve, contrariando assim alguma ideia instalada, com o estereótipo do aldeamento com construções todas iguais e incharacterísticas.



“(...) o Algarve apresenta uma imagem bastante qualificada, comparativamente com muitos outros destinos mediterrânicos.”

P&C - Até que ponto é que a construção em contínuo, que prevalece em muitas zonas do Algarve, pode ser conciliada com a salvaguarda dos patrimónios natural e construído?

JACC - A construção em contínuo pode ser aceitável, e até desejável, em certas áreas urbanas e no interior dos perímetros urbanos. Contudo, mesmo nessas zonas, há que respeitar os contínuos naturais. Por maioria de razão, nas zonas turísticas onde seja admissível a construção, os contínuos naturais têm um papel determinante e devem estar articulados com a rede regional de conservação da natureza.

P&C - Que iniciativas têm sido tomadas no sentido da salvaguarda das cidades algarvias e de outros elementos ou conjuntos patrimoniais?



“ Este projecto [RECOPAC] é inovador e espera-se que tenha um vincado carácter demonstrativo. Com efeito, o futuro da requalificação e revitalização urbanas passará muito pela reabilitação de edifícios.”

JACC – São inúmeras as iniciativas desse tipo, designadamente as financiadas pelo Programa Operacional Regional do Algarve. Abreviadamente, posso dizer que as candidaturas dos municípios aprovadas no presente Quadro Comunitário, no âmbito da Renovação Urbana, ascendem, à presente data, a cerca de 30 milhões de euros.

As medidas destinadas à Cultura e ao Património, por sua vez, têm aprovadas candidaturas no valor aproximado de 22 milhões de euros.

Uma referência ainda para um programa denominado de Valorização das Aldeias do Algarve, abrangendo 11 municípios, cujos projectos ascendem a um total de dez milhões de euros.

P&C – Considera Sagres, uma referência emblemática do Algarve, um bom exemplo? Qual a situação da sua candidatura a património mundial?

JACC – Sagres é, sem dúvida, uma referência emblemática do Algarve e da expansão portuguesa, além de que está no centro de um território com elevado valor ambiental. Por todas estas razões, o local recebe anualmente quase dois milhões de visitantes.

A candidatura de Sagres a património mundial é da responsabilidade da Região de Turismo do Algarve e conta com o apoio financeiro do Programa

Operacional Regional.

A candidatura está em análise por parte da Comissão Nacional da UNESCO, aguardando-se a respectiva decisão.


P&C – Considera que o Projecto RECOPAC vai contribuir para a resolução de alguns problemas e ajudar significativamente na reabilitação do edificado na região algarvia?

JACC – Este projecto é inovador e espera-se que tenha um vincado carácter demonstrativo. Com efeito, o futuro da requalificação e revitalização urbanas passará muito pela reabilitação de edifícios. E, para isso, é necessário dominar técnicas e materiais, quer primitivos quer actuais, e saber utilizá-los por vezes conjuntamente. Este projecto dará uma contribuição que se espera importante para esse objectivo.

P&C – Como encara o futuro do Algarve? Considera que o desenvolvimento da região se pode classificar com “sustentável”?

JACC – O Algarve do futuro assume naturalmente um modelo de desenvolvimento assente no respeito pelos valores ambientais e na preservação e utilização racional dos recursos – numa perspectiva de equilíbrio territorial, de coesão económica e social, e de sustentabilidade das actividades económicas e em particular do turismo.

Esse desígnio que é, afinal, o desenvolvimento sustentável consta claramente da estratégia de desenvolvimento prevista no PROT Algarve, a qual, por sua vez, suporta o modelo territorial proposto.

Os estudos para o PDR respeitante ao próximo Quadro Financeiro (2007-2013), em fase preliminar de elaboração, consideram também o desenvolvimento sustentável como elemento central da sua estratégia. 

Entrevista de
CARLA NICOLAU FERREIRA



Projecto RECOPAC: Ermida de Nossa Senhora de Guadalupe, Raposeira, Vila do Bispo – antes, durante e após a intervenção